

**CONSELHO
FISCAL**

conselhofiscalalegreteprev@gmail.com

ALEGRETE, 26 DE FEVEREIRO DE 2026.

CONSELHO FISCAL RPPS.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIOS E DOCUMENTOS DO FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO ALEGRETE PREV - EXERCÍCIO 2025

Unidade Gestora: FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO ALEGRETEPREV
Data Focal: 31 de dezembro de 2025

Parecer sobre as Contas e Rentabilidade de Investimentos - Dezembro/2025

Presentes: Marcio Mombaque, Gleidson Corrêa, Patricia Troz, Gildo de Freitas, Rosicler Jardim, Dimitri Gidel, Patricia Bragamonte, Marco Paredes e Katia Monteiro.

I. INTRODUÇÃO

O presente parecer tem por objeto a análise da Prestação de Contas referente ao mês de **Dezembro de 2025** do **Fundo de Aposentadoria e Pensão ALEGRETEPREV** (RPPS Alegrete), conforme anexos ao Memorando 2.840/2026. O foco principal é o desempenho da carteira de investimentos em relação à Meta Atuarial estabelecida.

II. RELATÓRIO

O Conselho Fiscal do Regime Próprio de Previdência Social – ALEGRETEPREV - procedeu à análise do **Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR**, das **Autorizações de Aplicação e Resgate – APR**, do **Relatório de Rentabilidade**, do **Relatório de Enquadramento**, do **Relatório de Conjuntura Econômica e Financeira** e das **Atas dos órgãos de governança**, todos referentes à competência de dezembro de 2025, com o objetivo de verificar a regularidade das aplicações financeiras e a conformidade com a Política de Investimentos vigente.

O Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR foi apresentado com posição consolidada da carteira, contendo as informações relativas às instituições





CONSELHO FISCAL



financeiras credenciadas, forma de gestão dos recursos, estrutura de governança e demais registros obrigatórios do regime.

Verificou-se que a gestão dos recursos ocorre na modalidade de gestão própria, com apoio de consultoria especializada.

A estrutura de governança do RPPS é composta por **Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos**.

Constatou-se que o patrimônio líquido do RPPS ao final de dezembro de 2025 totalizou aproximadamente **R\$ 254.490.637,63**, valor compatível com os demonstrativos analisados.

Verificou-se que a **meta atuarial estabelecida na Política de Investimentos corresponde a INPC + 5,14%**, parâmetro utilizado para avaliação da rentabilidade dos investimentos.

Procedeu-se também à análise do Relatório Individual de Autorizações de Aplicação e Resgate – APR referente ao mês de dezembro de 2025.

III. ANÁLISE TÉCNICA

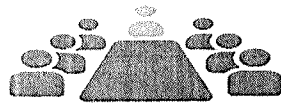
a) Análise da Conjuntura Econômica e da Carteira de Investimentos

O Conselho Fiscal analisou o Relatório de Conjuntura Econômica e Financeira referente ao mês de dezembro de 2025, o qual apresenta avaliação técnica do cenário econômico e do desempenho da carteira de investimentos do RPPS.

Verificou-se que a rentabilidade acumulada no exercício atingiu aproximadamente **13,9360%**, superando a meta atuarial estabelecida em **INPC + 5,14%**, correspondente a aproximadamente **9,24%**, representando cumprimento de cerca de **150,85% da meta anual**, demonstrando desempenho satisfatório dos investimentos e aderência à política de investimentos adotada.

Observou-se que a carteira apresenta perfil predominantemente conservador, com cerca de **83% dos recursos vinculados a ativos referenciados ao CDI** e aproximadamente **93% dos investimentos classificados como de baixo risco**, evidenciando adequação ao perfil previdenciário e à necessidade de preservação do patrimônio.

Foram identificados alguns investimentos com rentabilidade negativa no período, especialmente em fundos do segmento de renda variável e imobiliário, destacando-se o fundo BB Agro e o fundo imobiliário Ouro Verde, os quais apresentaram desempenho inferior no exercício. Todavia, tais oscilações não comprometeram o resultado global da carteira, que permaneceu acima da meta atuarial.



**CONSELHO
FISCAL**



e) Análise das Demonstrações Contábeis e da Composição da Carteira de Investimentos

Verificou-se, a partir dos demonstrativos analisados, que os recursos financeiros do RPPS se encontram distribuídos entre diversas instituições financeiras, com maior participação aproximada no **Banrisul (40,05%)**, **Caixa Econômica Federal (30,20%)** e **Banco do Brasil (18,94%)**, evidenciando adequada diversificação institucional das aplicações.

Observou-se que a carteira apresenta predominância de investimentos no segmento de **renda fixa**, distribuídos entre diferentes indexadores de mercado, incluindo referências como **IDKA IPCA 2A**, **IMA-B** e **IRF-M**, bem como participação limitada em ativos de **renda variável e investimentos no exterior**, como fundos vinculados a **BDR Nível I** e **S&P 500**, em conformidade com a Política de Investimentos vigente.

De modo geral, as informações analisadas apresentam compatibilidade com os dados constantes no **DAIR**, **APR** e **Relatórios de Rentabilidade**, não sendo identificadas inconsistências relevantes.

f) Desempenho Negativo dos Fundos – Análise e Riscos

No exame do Relatório de Rentabilidade verificou-se a existência de ativos com **rentabilidade negativa no exercício**, especialmente vinculados à renda variável e ao segmento imobiliário.

Destacam-se:

- BB Agro FI Ações: -2,93%
- Ouro Verde Desenvolvimento Imobiliário I FII: -1,33%

Tais resultados indicam a necessidade de monitoramento técnico permanente, especialmente quanto à aderência desses ativos à Política de Investimentos.

g) Situação Financeira do RPPS

Registra-se preocupação deste Conselho Fiscal quanto à **situação de insuficiência financeira do RPPS**, conforme informações constantes nas Atas do Conselho de Administração.

Foram mencionadas dificuldades relacionadas a obrigações previdenciárias e necessidade de acompanhamento permanente do fluxo financeiro do regime.



**CONSELHO
FISCAL**



Diante desse cenário, entende-se necessário o **acompanhamento contínuo da situação financeira do RPPS**, especialmente quanto à sustentabilidade de longo prazo do regime previdenciário.

h) Registros das Atas do Conselho de Administração

Da análise das Atas nº 53/2025, 54/2025, 55/2025 e 56/2025 do Conselho de Administração verificam-se registros relevantes quanto à situação financeira e administrativa do RPPS.

Constatou-se a necessidade de resgates de aproximadamente **R\$ 5.500.000,00 para pagamento de folha e décimo terceiro salário**, demonstrando a dependência de liquidez dos investimentos para cumprimento das obrigações previdenciárias.

Também foram registradas pendências contábeis com reflexos na obtenção do CRP, que, em que pese tenham sido regularizadas posteriormente, evidenciam preocupação administrativa relevante quanto à regularidade previdenciária do regime.

Verificou-se ainda referência à necessidade de regularização de informações contábeis e acompanhamento da evolução das despesas previdenciárias mensais.

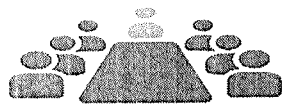
Conforme registrado na **Ata nº 55/2025**, tratou-se da reiteração de solicitação à Secretaria de Administração quanto à **avaliação das áreas pertencentes ao RPPS, com posterior encaminhamento para alienação mediante leilão**. Registra-se, contudo, a necessidade de confirmação quanto ao efetivo envio do referido ofício, bem como quanto à existência de registro formal em ata ou protocolo administrativo que comprove a adoção da providência mencionada.

Registra-se, ainda, que conforme consta na **Ata nº 54/2025**, foi realizada a **definição da meta da Política Anual de Investimentos para o exercício de 2026**, fixada em **INPC + 5,59%**.

Esses elementos demonstram a necessidade de monitoramento permanente da liquidez e sustentabilidade financeira do RPPS.

i) Atuação do Comitê de Investimentos

Da análise das Atas nº 23/2025, 24/2025, 25/2025 e 26/2025 do Comitê de Investimentos verifica-se o acompanhamento periódico da carteira de investimentos, mediante análise dos relatórios de rentabilidade, enquadramento e cenário econômico apresentados pela consultoria especializada.



**CONSELHO
FISCAL**



Observa-se que as decisões relativas às aplicações financeiras foram tomadas com base em critérios técnicos, considerando o cenário econômico e as diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos.

Verifica-se, assim, a atuação do Comitê de Investimentos no acompanhamento técnico da carteira e no suporte às decisões relacionadas à gestão dos recursos previdenciários.

Registra-se que foi analisado o **Parecer do Comitê de Investimentos referente ao mês de dezembro de 2025**, o qual concluiu pela **regularidade das aplicações financeiras, pela aderência à Política de Investimentos e pelo enquadramento da carteira nos limites da legislação vigente**, conforme Resolução CMN nº 4.963/2021.

O referido parecer registra rentabilidade mensal de aproximadamente **R\$ 3.158.800,18 (1,26%)**, bem como rentabilidade acumulada no exercício de aproximadamente **R\$ 31.757.598,73 (13,9360%)**, com superação da meta atuarial estabelecida em **INPC + 5,14%**.

Consta ainda a informação de que a carteira apresenta predominância de investimentos de **baixo risco (aproximadamente 93,1%)**, com aderência à Política de Investimentos vigente.

Contudo, verificou-se que no **Parecer do Comitê de Investimentos referente à competência de dezembro de 2025**, consta referência ao **art. 8º, inciso III, da Resolução CMN nº 4.963/2021**, quando, na realidade, a fundamentação normativa correta corresponde ao **art. 9º, inciso III, da referida Resolução**, que trata das aplicações em fundos de investimento no exterior.

Trata-se de **mero equívoco material de referência normativa**, não se verificando impacto na análise técnica ou nas conclusões apresentadas pelo Comitê de Investimentos, permanecendo válidas as demais informações constantes do parecer.

IV. Considerações Atuariais e Previdenciárias

a) Liquidez Previdenciária

As movimentações financeiras registradas demonstram a necessidade de manutenção de liquidez adequada para atendimento das obrigações previdenciárias, evidenciando a importância do acompanhamento permanente do fluxo financeiro do regime, de modo a garantir o pagamento contínuo dos benefícios sem prejuízo da estratégia de investimentos de longo prazo.

b) Aderência à Política de Investimentos

Verificou-se que a alocação dos recursos apresenta compatibilidade com a Política de Investimentos vigente, observando-se os limites e diretrizes estabelecidos para o RPPS.




VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS




Código para verificação: 1449-EDCE-89F9-CF2F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

 GLEIDSON AMARO PEREIRA CORRÊA (CPF 779.XXX.XXX-00) em 10/03/2026 13:24:01 GMT-03:00


Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

 MARCO ANTÔNIO SOARES PAREDE (CPF 272.XXX.XXX-04) em 10/03/2026 13:25:54 GMT-03:00


Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

 JOSE MARCIO MOMBACH RAMOS (CPF 811.XXX.XXX-87) em 12/03/2026 08:59:52 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

 KÁTIA DE VARGAS MONTEIRO (CPF 005.XXX.XXX-04) em 12/03/2026 13:09:39 GMT-03:00


Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

 CLAUDIA PATRICIA TROZ GUGLILHERMI MARTINS (CPF 905.XXX.XXX-00) em 12/03/2026 15:47:58
GMT-03:00


Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

 GILDO ALMERI DA SILVA FREITAS (CPF 360.XXX.XXX-00) em 13/03/2026 10:27:30 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

 PATRICIA LUCIENE DE A BRAGAMONTE (CPF 010.XXX.XXX-66) em 23/03/2026 13:35:21 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)